



7º Encontro Internacional de Política Social 14º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Contrarreformas ou Revolução: respostas ao
capitalismo em crise

Vitória (ES, Brasil), 3 a 6 de junho de 2019

Eixo: Questões agrária, urbana e ambiental.

ENTRE LUTAS E RESISTÊNCIAS: O IMPACTO DO SOCIOMETABOLISMO DO CAPITAL NAS TRAJETÓRIAS DE VIDA DA POPULAÇÃO RURAL

Cíntia Florence Nunes¹

Resumo

O presente artigo busca apresentar algumas reflexões sobre o impacto do sociometabolismo do capital nas trajetórias de vida dos usuários da Política de Assistência Social no rural, fruto de uma pesquisa realizada no ano de 2017, na qual tinha por objetivo compreender como vem se constituindo o direito a assistência social para a população rural. Para o desenvolvimento deste estudo se priorizou a abordagem qualitativa sobre o tema, tendo por base o materialismo histórico dialético.

Palavras-Chave: Trajetórias de Vida; População Rural; Assistência Social.

Between Struggles and Resistances: The Impact of Sociometabolism on Capital in the Life Trajectories of the Rural Population

Abstract

This article aims to present some reflections on the impact of the sociometabolism of capital on the life trajectories of users of Social Assistance Policy in the rural area, as a result of a research carried out in 2017, in which the objective was to understand how the right has been constituted social assistance for the rural population. For the development of this study the qualitative approach on the theme was prioritized, based on dialectical historical materialism.

Keywords: Life trajectories; Rural Population; Social Assistance.

Introdução

A assistência social enquanto um direito social é bastante recente no cenário brasileiro que, ao ser materializada no rural por meio dos serviços como os CRAS, se apresenta enquanto um instrumento extremamente singular frente a um longo processo histórico de negação de direitos no rural brasileiro. Nesse sentido, torna-se necessário apreender o rural não apenas enquanto um espaço de produção agrícola mas, sobretudo, enquanto um espaço de vida, onde mesmo que o rural e o urbano sejam espaços distintos entre si, não há um isolamento absoluto entre eles, uma vez que existe a presença na atualidade de redes que estabelecem relações entre ambos (KAGEYAMA, 2004).

Nessa direção, outro elemento importante para pensarmos o rural é que este não se constitui enquanto um espaço homogêneo. Assim, há a presença de segmentos populacionais bastante distintos entre si, com a presença dos povos originários (ou indígenas), quilombolas, assentados, pescadores, agricultores familiares, entre outros,

¹ Mestra em Serviço Social. Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: <cintia.florence@gmail.com>.

que muitas vezes são invisibilizados e apartados da garantia de direitos (KRAEMER, 2013). Desse modo, é imprescindível pensar o rural de maneira não homogeneizada, uma vez que são sujeitos que possuem culturas diversas e relacionam com este espaço de forma completamente distinta entre si.

Nesse sentido, o presente artigo busca apresentar algumas reflexões sobre as trajetórias de vida dos usuários da Política de Assistência Social no rural, fruto de uma pesquisa realizada no ano de 2017, na qual tinha por objetivo compreender como vem se constituindo o direito a assistência social para a população rural. Para o desenvolvimento deste estudo se priorizou a abordagem qualitativa sobre o tema, tendo por base o materialismo histórico dialético.

Na pesquisa empírica, foram realizadas entrevistas com cinco usuários da política de assistência social residentes no meio rural que acessavam dois Centros de Referência de Assistência Social Rural (CRAS) localizados na região metropolitana do Rio Grande do Sul. Diante disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com perguntas abertas, seguindo um roteiro previamente estabelecido para os usuários dos dois CRAS. Destaca-se que, para a análise dos dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, segundo Bardin (1977), a qual se configura enquanto conjunto de procedimentos objetivos e sistematizados para a descrição do conteúdo das mensagens.

Portanto, não se buscou neste estudo uma representatividade de modo quantitativo, uma vez que se tinha por objetivo analisar de modo qualitativo como esses sujeitos acessam e compreendem o direito à assistência social. Desse modo, como afirma Martinelli (1999), as pesquisas qualitativas buscam conhecer os modos de vidas dos sujeitos, suas experiências e os significados que as atribuem, na perspectiva de adensar tanto quanto possível a análise e não em conhecê-los de maneira sucinta. Sendo assim, ressalta-se que as entrevistas realizadas, seja com os usuários ou os profissionais do SUAS, constituem-se de modo representativo, sem a pretensão de homogeneizar estes sujeitos frente à realidade rural.

Por fim, quanto aos cuidados éticos, essa pesquisa foi submetida Comitê de Ética em Pesquisa da universidade na qual é vinculada, sendo aprovada em janeiro de 2017. Desse modo, buscou-se assegurar aos participantes a livre adesão, de maneira esclarecida, preservando-se o anonimato e a não identificação dos participante, bem como, foi assegurado o direito de desistir da participação em qualquer etapa da pesquisa, sem qualquer prejuízo. Portanto, a fim de manter os cuidados éticos, não serão

mencionados os nomes dos entrevistados, referindo-se a todos estes com nomes fictícios.

O Impacto do Sociometabolismo do Capital nas Trajetórias de Vida dos Sujeitos

Os participantes dessa pesquisa, usuários do SUAS, vivenciam a pobreza no espaço rural, sofrendo diariamente com uma série de violações de direitos. Nesse sentido, torna-se fundamental a apreensão de que a pobreza constitui-se enquanto uma expressão da questão social que se manifesta por meio de um fenômeno multidimensional, que não se restringe à ausência de renda e de acessos a bens e serviços, mas que também se refere à subjetividade da vida humana cuja parcela da população vivencia processos de dominação no âmbito da cultura, de inferiorização, de subalternidade (YAZBEK, 2015).

Além disso, parte-se da compreensão de que a pobreza se constitui enquanto fenômeno que é fruto das relações de exploração e dominação intrínseco ao modo de produção capitalista. Desse modo, a pobreza é constitutiva da questão social que, segundo Yamamoto (2011), pode ser apreendida pelo conjunto das expressões das desigualdades presentes em uma sociedade na qual o trabalho torna-se cada vez mais social, enquanto o produto desse trabalho é apropriação de maneira privada, monopolizada por uma pequena parcela da população em detrimento de uma maioria desprovida do que ela própria produz. Todavia, para a autora, a questão social sendo esse conjunto de desigualdades, também é rebeldia, uma vez que envolve os sujeitos que resistem e se opõem a essas desigualdades. Sendo assim, a questão social encontra-se no bojo de relações de conflito entre capital e trabalho, atravessada pela luta de classes.

Nesse sentido, destaca-se a importância da perspectiva da rebeldia frente às expressões da questão social na vida cotidiana da população. Essa rebeldia por vezes se encontra organizada, promotora de lutas coletivas e mesmo da formulação de projetos que visam a superação da ordem capitalista. Outras vezes, entretanto, essa resistência se faz na trajetória singular de vida dos sujeitos enquanto uma forma de superar as adversidades que os sujeitos vivenciam, enfrentando uma realidade que, permeada pela violação dos direitos essenciais à vida humana, resistem cotidianamente. Sendo assim,

ao apresentar os cinco sujeitos entrevistados que acessam à assistência social², busca-se superar as visões fatalistas e mesmo messiânicas frente a essa população (IAMAMOTO, 2011), indicando elementos pertinentes a suas trajetórias de vida, mesmo que de maneira breve e consciente dos limites presentes na abordagem. Além disso, ao apresentar os sujeitos que vivem e acessam o SUAS no rural, não se parte de uma visão homogeneizada, uma vez que são diversos os segmentos que estão presentes no rural, ou seja, é um grupo representativo de um dos múltiplos segmentos que compõem o rural.

Desse modo, dos cinco usuários do SUAS entrevistados, três são mulheres e dois homens, todos acessam os serviços do CRAS, onde quatro são beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) e um conta com acesso a aposentadoria. Além disso, são sujeitos que moravam no espaço urbano e, por diferentes motivos, acabaram indo morar no rural. Entretanto, ao chegar no rural, desprovidos do acesso à terra e do conhecimento da produção da agricultura, encontram dificuldades para suprir suas necessidades básicas, inserindo-se em trabalhos muitas vezes temporários e precários. Ou seja, esses sujeitos possuem apenas sua força de trabalho enquanto meio para a reprodução da vida, uma vez que são destituídos dos meios de produção, como a terra, instrumentos de trabalho, entre outros. Assim, as condições de vida desses sujeitos não devem ser reduzida a escolhas individuais ou mesmo ao processo de formação sócio histórica.

Assim, a propriedade privada da terra se constitui enquanto gênese da sociedade capitalista e, ao expulsar os trabalhadores do campo, joga-os a uma condição de pobreza e miséria nas cidades, pois nem todos esses sujeitos serão inseridos na dinâmica de produção capitalista ou, mesmo que sejam, podem ser, em determinado momento, facilmente substituídos. Desse modo, a propriedade privada em detrimento da propriedade comum é um dos pilares de estruturação e sustentação da sociedade capitalista que impacta diretamente nos sujeitos entrevistados ao longo dessa pesquisa, uma vez que essa população foi expulsa do campo em determinado período histórico, retorna ao campo enquanto uma estratégia de sobrevivência, por não terem conseguido se inserirem em melhores condições de vida e trabalho na cidade. Contudo, não tendo acesso à terra e demais meios de trabalho, se mantém em situação de pobreza no campo.

Nessa direção, compreende-se estes sujeitos não são meramente “dados de

²A fim de manter os cuidados éticos, não serão mencionados os nomes dos entrevistados, referindo-se a estes com nomes fictícios.

pesquisa”, mas se constituem enquanto participantes deste estudo. Assim, ao buscar discorrer sobre suas trajetórias de vida, pretende-se dar visibilidade a sujeitos que, por estarem em situação de pobreza e no âmbito rural, foram historicamente invisibilizados e estão submetidos a processos de subalternização (YAZBEK, 2015). Além disso, é importante destacar que esses sujeitos enfrentam os efeitos da lógica do capital, sendo possível identificar que “segmentos cada vez maiores da população mundial serão considerados redundantes e descartáveis como trabalhadores produtivos e terão dificuldades para sobreviver, tanto material quanto psicologicamente” (HARVEY, 2016, p. 105). Aprofunda-se ainda mais a indivisibilidade e descartabilidades desses sujeitos, o que torna a tarefa de escrever sobre suas vidas ainda mais desafiadora, sabendo que suas trajetórias não cabem em apenas uma página desse trabalho. Desse modo, a seguir, são apresentados os sujeitos de pesquisa a fim de possibilitar que sejam consideradas suas histórias, sem a pretensão de encerrá-las com o ponto final.

Nesse sentido, uma das participantes deste estudo foi Ana, com 57 anos, que não possui o ensino fundamental completo e mora no rural há quatro anos, junto com o marido e o neto em idade escolar. A família morava em um bairro de Porto Alegre, mas, devido às disputas envolvendo o tráfico de drogas³, foram expulsos da casa onde moravam e então decidiram por ir morar no rural. O local onde moram é uma área próximo à beira da estrada, sem acesso à água e energia elétrica, recursos que obtém por meio de ligação clandestina com ajuda de vizinhos. Frente a essa realidade, é possível identificar, como afirma Maricato (2003), que "a ilegalidade em relação à propriedade da terra [...] tem sido um dos principais agentes da segregação ambiental, no campo ou na cidade" (MARICATO, 2003, p. 154). Ou seja, para a autora, a ocupação ilegal de determinado espaço, seja no urbano ou no rural, é reflexo desse processo de segregação do território, onde a população pobre somente encontra espaço de moradia em áreas em que não são de interesse imobiliário privado ou áreas públicas, em regiões desvalorizadas, poluídas, com ausência de infraestrutura, que sofrem com a possibilidade de enchentes ou outros tipos de riscos ou ainda em áreas de proteção

³ De acordo com Scherer (2015), o tráfico de drogas, compreendido enquanto o mercado de drogas ilícitas, se potencializa em uma conjuntura na qual é dificultado o acesso ao mercado de trabalho formal ou mesmo com baixas remunerações, tendo em vista os altos ganhos que viabiliza. Desse modo, “nas últimas décadas observa-se cada vez mais a organização deste mercado ilegal, através de facções e milícias, que, especialmente em grandes centros urbanos, possuem grande poder, controlando diversas esferas da vida social dos sujeitos. Dessa forma, uma das características dos segmentos pertencentes a este mercado informal não legal é a forma violenta como estabelecem suas relações” (SCHERER, 2015, p. 53).

ambiental. Assim, Ana que já vivenciava uma série de dificuldades de moradia na cidade e, por ter sido expulsa do local onde morava com a família, foi buscar no rural uma alternativa de vida e moradia.

A renda da família advém do Programa Bolsa Família e do trabalho de reciclagem. Ana relata que trabalhou por muitos anos como auxiliar de servente de obras empresas, mas que foi demitida em decorrência de questões de saúde: *“eles me botaram pra rua, que eu não podia mais trabalhar, tava com bronquite, tinha problema de pulmão, botaram por justa causa. Fui ficando doente e daí eu tive que sair do serviço, entendeu? Daí eles me botaram pra rua, daí eu comecei a trabalhar de novo, com reciclagem”*. Diante de sua fala, fica explícita a lógica de reprodução do capital sobre a força de trabalho, uma vez que essa força de trabalho, quando sofre um processo de adoecimento, é facilmente substituída por outra, fazendo com que essa trabalhadora saísse do emprego formal, com vínculos e direitos trabalhistas, empurrando-a para o trabalho precário, sem direitos, na reciclagem. Esse processo irá impactar diretamente em suas condições de vida e no acesso ao direito de se aposentar posteriormente. Além disso, é importante ressaltar que, diante das dificuldades encontradas nas condições de trabalho e moradia no espaço urbano, não tendo condições de se manter na cidade, a alternativa encontrada por Ana foi mudar-se para o rural. Ou seja, mesmo que no rural ela ainda encontre uma série de dificuldades, foi esse espaço que possibilitou a Ana e a família conseguir reconstruir suas vidas.

Nessa direção, não conseguindo se aposentar por não ter tempo suficiente de contribuição à previdência social, esta busca pelo atendimento na assistência social. Assim, no momento da realização da pesquisa, a equipe do CRAS estava realizando encaminhamentos para que ela tivesse acesso ao Benefício de Prestação Continuada. Destaca-se que, ao longo da entrevista, um fato mencionado por Ana que torna-se pertinente abordar é com relação ao PBF. Ela relatou que não possuía o cartão para sacar o valor do PBF, porque este estava na posse do dono do mercado que fica próximo a sua casa, que é quem faz o saque do valor do benefício. Assim, é deixado como forma de garantia e possibilidade da mesma poder comprar alimentos neste mercado. Desse modo, é possível perceber a perversidade da lógica do mercado que retira qualquer possibilidade da autonomia relativa, proposta pelos programas de transferência de renda, ao atendimento das necessidades dos beneficiários.

Do mesmo modo, a trajetória de Pedro, outro sujeito entrevistado ao longo dessa pesquisa, com 46 anos, é semelhante a de Ana. Ele possui o ensino fundamental completo, mora sozinho e, do mesmo modo que ela, relatou que foi morar no rural depois de ter sido demitido da empresa em que trabalhava em Porto Alegre, pois estava com problemas de saúde. Além disso, havia se separado da esposa e então decidiu ir morar no rural, onde vive há vinte e cinco anos. Nesse sentido, o local onde ele mora é uma área de ocupação, de difícil acesso, pois é no final de um “corredor”⁴, possuindo acesso à energia elétrica também de forma clandestina. Ou seja, Pedro enfrenta a mesma dificuldade de acesso à moradia que Ana, ao se deparar com a segregação do território, como descrito anteriormente. O direito à moradia é negado a esses sujeitos, uma vez que a moradia deixa de ser apreendida enquanto um direito pois esta passa a ser compreendida como uma mercadoria que deve contribuir para o acúmulo de capital, submetida à lógica da propriedade privada. Pedro também acessa o PBF, que foi possível conseguir a cerca de um ano atrás pela equipe do CRAS, através de uma busca ativa realizada após o contato da Estratégia da Saúde da Família (ESF)⁵. Pedro também relatou que estava em busca de aposentadoria devido aos problemas de saúde, mas que precisa *“Olha, há muito tempo, uns dez anos, eu trabalhei cortando pedra, pedreira, e foi aí que me estraguei, quando mais novo aí não dá bola, agora, a idade vem chegando”*. Desse modo, mesmo já tendo contribuído para a previdência social, ainda lhe falta tempo de contribuição, pois, ao ficar desempregado, teve que se inserir em trabalhos informais, precários, como este na pedreira que se mostrou extremamente degradante quanto a sua saúde física. Além disso, atualmente Pedro precisa de medicação regularmente, mas relatou que por diversas vezes encontra dificuldades em conseguir os remédios, pois nem sempre há disponíveis na ESF.

Situação semelhante ocorre com a família de Miguel, com 48 anos e ensino fundamental incompleto, que mora com as duas filhas de sete anos. As meninas foram diagnosticadas com déficit de atenção e precisam tomar medicação regularmente, porém esses remédios precisam ser comprados, pois estes não são disponibilizados na ESF. Além disso, as meninas começaram a frequentar recentemente o Centro de Atenção

⁴ Corredor é como se denomina popularmente uma estrada estreita, de chão batido, não legalizada, com pouca infraestrutura.

⁵ A Estratégia da Saúde da Família (ESF) é um equipamento do Sistema Único de Saúde (SUS), composta por uma equipe multiprofissional, no mínimo com médico, enfermeiro, técnico de enfermagem e agentes comunitários de saúde. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/smp_como_funciona.php?conteudo=esf>. Acesso em: 09 dez. 2017.

Psicossocial (CAPS), que é localizado no urbano. Miguel leva as filhas a cada quinze dias no CAPS e obtém passagens disponibilizadas por este serviço para se deslocar até a cidade. A família foi morar no rural a cerca de sete anos, logo quando as meninas nasceram, anteriormente sempre moraram na cidade, porque queriam buscar um espaço mais tranquilo para viverem com as crianças.

Atualmente, a casa onde vive com as filhas é alugada pela ex-esposa e mãe das meninas, que também paga as contas de água da família. A casa de Miguel possui energia elétrica e está localizada em uma vila rural. Ele é beneficiário do PBF, mas já acessava o benefício antes de ir morar no rural: *“Na época, eu tava desempregado, não tinha serviço, era só bico, e nós buscamos o Bolsa Família, tava desempregado aquela época. A renda era baixa”*. Desse modo, é possível perceber que o PBF foi uma alternativa de acesso a renda frente ao desemprego, como nos outros dois casos citados anteriormente, além de ser a única renda da família no momento, pois devido a necessidade de cuidar das filhas, Miguel não tem como buscar emprego.

Do mesmo modo, Olinda, com 77 anos, é quem cuida das duas bisnetas, uma com oito anos e a outra com nove anos. A única fonte de renda da família é a aposentadoria que Olinda recebe. Ela mora no rural há oito anos, a casa em que mora com as bisnetas é alugada e possui acesso à água e energia elétrica. Também acessa os grupos de convivência no CRAS e na Estratégia de Saúde da Família (ESF).

Já Dandara, com 44 anos, mora há dez anos no rural, pois precisou cuidar da mãe quando esta encontrava-se doente e acabou permanecendo na casa herdada da família quando a mãe veio a falecer. Ela possui o ensino fundamental incompleto, tem duas filhas que já são casadas e moram próximo a sua casa, e seu filho de 13 anos há poucos meses mudou-se para a casa do pai. Atualmente estava sem acesso à água. Sua única fonte de renda é o PBF, já trabalhou como cozinheira quando morava na cidade, mas hoje enfrenta uma depressão profunda e problemas recorrente ao uso abusivo de álcool. Ela é atendida pela equipe do CAPS, que vem realizando algumas visitas domiciliares a ela, pois devido à depressão, não vem conseguindo sair de casa para ir ao serviço.

Além disso, afirmou que frequenta, sempre que consegue, os grupos de convivência que ocorrem na ESF e CRAS, além de acessar os medicamentos para depressão na ESF. Ao fazer o uso abusivo de álcool, Dandara vivencia uma questão que compete ao âmbito da saúde mental. Ademais, é imprescindível pensar que a situação

vivenciada por ela não se trata apenas de uma relação biológica, uma vez que o uso de álcool também está associado à necessidade de esquecimento de frustrações e perdas, além de se apresentar enquanto um meio de encorajamento, seja para romper a timidez ou para suportar sua condição atual de vida, marcada pela pobreza extrema e a violação de direitos, cujo álcool cumpre o papel apaziguador desses conflitos (NASCIMENTO; JUSTO, 2000)

Nesse sentido, algumas relações entre suas vidas são possíveis de ser identificadas. A primeira delas é com relação ao mundo do trabalho: todos os sujeitos entrevistados estiveram vinculados ao trabalho formal em algum momento e hoje encontram-se em espaço de trabalho precários, tendo dificuldades para garantir suas necessidades básicas de sobrevivência, o que faz com que recorram à assistência social. Tal processo é importante ser destacado uma vez que estes sujeitos encontram-se em uma situação de pobreza que é fruto do conflito entre capital e trabalho, submetidos à lógica da exploração e dominação de classe que é estruturante ao modo de produção capitalista e não pode ser reduzida a escolhas individuais.

Além disso, estes trabalhadores migraram do urbano para o rural e, destituídos de qualquer meio de produção, não é possível trabalhar na produção agrícola como meio de garantir sua subsistência. Do mesmo modo, suas condições de moradia são extremamente precárias e todos os sujeitos entrevistados possuem pouca escolarização. Assim, é inegável a necessidade destes sujeitos de acessarem a assistência social enquanto um direito que lhes garanta condições objetivas de reprodução da vida.

É precisamente por isso que, fundamentalmente, estes sujeitos também estão submetidos à lógica de exploração capitalista, na qual toda força de trabalho torna-se uma mercadoria. Como apontado por Marx:

A procura dos homens regula necessariamente a produção de homens como qualquer outra mercadoria. Se a oferta excede muito a procura, então parte dos trabalhadores cai na penúria ou na fome. Assim, a existência do trabalhador encontra-se reduzida às mesmas condições de existência de qualquer outra mercadoria. O trabalhador tornou-se uma mercadoria e terá muita sorte se puder ser comprado. E a procura, de que depende a vida do trabalhador, é determinada pelo capricho dos ricos e capitalistas (MARX, 1989, p. 102)

Ou seja, a redução da vida humana a uma mercadoria, mesmo sendo a única capaz de criar valor maior que a si própria, faz com que a força de trabalho esteja

submetida às condições de exploração e dominação capitalista para conseguir garantir a reprodução de sua subsistência. Todavia, ao tornar-se uma mercadoria como outra qualquer, pode ser facilmente substituída, além de *aparentemente* ser a classe trabalhadora que depende do capitalista, quando o que ocorre na verdade é o processo inverso: é o capitalista que depende da força de trabalho para garantir a extração da mais valia e a reprodução do capital.

Ainda, de acordo com a obra de Marx⁶, estes sujeitos estão submetidos ao processo de reificação, cujo o “caráter de coisa que as relações sociais adquirem na forma mercadoria é, agora, o caráter das objetivações humanas” (NETTO, 1981, p. 85). Tal processo é visível, por exemplo, quando analisamos as trajetórias de vida de Ana e Pedro. Quando ambos tiveram problemas de saúde e encontraram dificuldades em vender sua força de trabalho ao capital, eles foram facilmente substituídos por outros trabalhadores, ficando em condições adversas para garantir a reprodução da vida. Ou seja, na sociedade capitalista constituída, as mercadorias, enquanto produto do trabalho humano, assumem formas de “vida própria” e, no sentido inverso, a força de trabalho é reduzida a um processo de coisificação, reificação, em que o “fetichismo mercantil passa a ser fetichismo de *todo* o intercâmbio humano” (NETTO, 1981, p. 85). Assim, diferente de períodos históricos anteriores, a relação de mercantilização não ocorre apenas pela expropriação da força de trabalho, mas alcança diversas outras esferas da vida humana, como a família, a escola, o lazer, o trabalho, entre outras.

Portanto, mesmo os sujeitos cuja força de trabalho não está sendo diretamente explorada pela relação de compra e venda da força de trabalho, como os sujeitos entrevistados, estes estão submetidos ao processo de reificação. No caso dos sujeitos que se deslocam da cidade para o campo, invertendo o que seria o processo central originário do capitalismo - do campo para a cidade - , não se está “afastando-se” da lógica do capital, mas também esses sujeitos estão submetidos a esse processo, uma vez que na sociedade reificada do capital requer-se “agentes sociais particulares cuja estrutura anímica adegue-se flexivelmente à recepção de vivências reificadas e, ao mesmo, à transição rápida de certas vivências a outras, de conteúdo e sentidos reais muito diferentes” (NETTO, 1981, p. 87).

⁶ Marx inaugura os estudos sobre reificação a partir da elaboração de uma teoria da alienação. Nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos Marx apresenta uma concepção geral, que será melhor desenvolvida no Livro III de O Capital (NETTO, 1981).

Desse modo, tal processo impacta em escala mundial na vida da classe trabalhadora, estando ela localizada no urbano ou no rural. Contudo, ao analisar os sujeitos que vivem no rural e participaram dessa pesquisa, torna-se fundamental problematizar que estes sofrem de maneira ainda mais intensa com a precariedade das condições de vida, uma vez que o rural foi historicamente submetido a uma relação de inferioridade ao espaço urbano, onde não há uma longa trajetória de investimentos em serviços públicos, gratuitos e de qualidade que visem a garantia de direitos a população rural. Além disso, os sujeitos entrevistados nessa pesquisa são destituídos de qualquer acesso à terra com condições mínimas para poderem trabalhar e garantir a subsistência de suas famílias. Do mesmo modo, são desprovidos também do conhecimento necessário a essa produção e reprodução da vida no espaço rural, uma vez que em boa parte de suas vidas moraram e trabalharam na cidade.

Nesse sentido, outro elemento comum refere-se ao fato de que os sujeitos entrevistados buscaram no rural uma estratégia de vida e também de moradia. Assim, torna-se fundamental apreender que a realidade vivenciada por estes sujeitos é fruto do desenvolvimento urbano - industrial do país, que não buscou em nenhum momento garantir condições básicas àqueles que sofreram com o processo de expulsão do campo à cidade. Desse modo, essa imensa parcela da população rural que deslocou-se para as cidades entre as décadas de 1930 à 1960, acabará sendo levada a ocupar espaços em condições precárias nas periferias das cidades por não ter outra opção. Sendo assim, a esta população pobre sempre foi negado o direito à cidade, como afirma Maricato (2003):

É notável a tolerância que o Estado brasileiro tem manifestado em relação às ocupações ilegais de terra urbana. Esse processo é significativo em suas dimensões, se levarmos em conta, especialmente, a grande massa de migrantes que rumou para as cidades neste século e que se instalou ilegalmente, já que não teve acesso ao mercado imobiliário privado e nem foi atendida pelas políticas públicas de habitação. Aparentemente constata-se que é admitido o direito à ocupação mas não o direito à cidade. (MARICATO, 2003, p. 157)

Desse modo, a autora aponta para o fato de que as ocupações ilegais nos espaços urbanos se constituírem enquanto uma realidade que é vivenciada por milhares de pessoas no país, uma vez que estas não têm acesso ao mercado imobiliário privado e do mesmo modo, não foram atendidas pelo poder público em políticas habitacionais. Sendo assim, possuem o direito a ocuparem um espaço para morarem, mas não lhes garantem

o direito à cidade, a serviços básicos como saneamento, educação, saúde, lazer entre outros. Tal processo, ao ser vivenciado pelos sujeitos entrevistados, configurou-se como um elemento motivador para que estes deixassem o urbano e fizessem esse movimento de "retorno" ao rural. Ou seja, conforme agrava-se a precariedade habitacional nas cidades e acirra-se as desigualdades sociais, estes sujeitos enxergaram no rural uma alternativa para buscarem reconstituir suas vidas, mesmo que enfrentando ainda condições extremamente adversas, precárias e sem a cultura de um modo de vida próprio do rural. Ou seja, desse processo histórico, o qual rompeu o vínculo dos trabalhadores com a terra, essa população ao retornar ao rural encontra-se desprovida de qualquer conhecimento mais profundo sobre o cultivo da agricultura ou pecuária, o que também afeta suas condições de vida, para além da falta de condições estruturais dos locais onde vivem.

Nesse sentido, a dimensão habitacional é um fator que está diretamente vinculado à propriedade privada da terra, seja ela no urbano ou no rural. Contudo, para além da questão da moradia *stricto sensu*, o direito à cidade lhes foi negado. Assim, frente a realidade de vida dos sujeitos entrevistados, é possível identificar que estes buscam no rural também uma forma de vida mais digna, na qual possam acessar melhores condições de vida, mas que acabam enfrentando uma série de dificuldades, seja de moradia, de inserção no mundo do trabalho ou mesmo para acessar as políticas públicas e sociais.

Nessa direção, para além da negação do direito à cidade, esses sujeitos são brutalmente atingidos pela dinâmica da crise estrutural do capital que, desde a crise do capital nos anos de 1970, tem como tábua de salvação a orientação neoliberal que perpassa os mais diversos âmbitos da vida, do mundo do trabalho, bem como das políticas econômicas e sociais (BOSCHETTI, 2016). Assim, no cenário mundial, tem-se vivenciado cada vez mais o que Netto (2012) identifica como vitórias do capital, as quais custaram fortes penalidades a classe trabalhadora:

Custaram- lhes, em primeiro lugar, seus postos de trabalho — **o desemprego**, tomadas as cifras mundiais, vem crescendo desde os anos 1980. Custaram- lhes, em segundo lugar, mediante o aumento da exploração, **compressões sobre os salários** daqueles que conseguiram manter seus empregos, derivando em ponderável aviltamento do padrão de vida. Custaram- lhes, em terceiro lugar, **um forte ataque aos sistemas públicos de seguridade social**. E tais custos só podem ser devidamente contabilizados se se faz um balanço abrangente de quase três décadas de “flexibilização” do

tardo- capitalismo — e aqui o que se constata é que a **pauperização absoluta e a relativa**, conjugadas ou não, cresceram, mesmo que diferencialmente, para a maioria esmagadora da população do planeta. (NETTO, 2012, p. 423, grifos nossos)

Assim, além do desemprego e da redução dos salários, a fim de aumentar a exploração da força de trabalho e a taxa de lucro dos capitalistas, também as políticas públicas que compõem a seguridade social serão fortemente atacadas. Desse modo, Boschetti (2016) afirma que a seguridade social vem sendo acusada, sob a ótica neoliberal, de ser um "freio" ao desenvolvimento econômico dos países, diferente da perspectiva keynesiana, na qual esse investimento do Estado em políticas públicas e sociais era considerado o "motor" do crescimento econômico. Assim, a seguridade social, enquanto uma política de proteção social aos trabalhadores e que impõe determinados limites à exploração capitalista, tem se reduzido justamente num período em que parcelas cada vez maiores da classe trabalhadora são empurradas à condição de pobreza extrema.

Nesse sentido, o abismo da desigualdade social aprofunda-se cada vez e "favorece a exploração da força de trabalho pelo capital, que tem à sua disposição uma imensa massa de trabalhadores que têm no trabalho a única forma de sobrevivência" (BOSCHETTI, 2016, p. 129). Assim sendo, torna-se ainda mais árdua a defesa e garantia dos direitos por meio da seguridade social no presente momento histórico. Segundo Granemann (2007), tanto as economias centrais como periféricas vem seguindo as orientações do Banco Mundial a fim de determinar um novo formato para as políticas sociais, respondendo, mesmo que momentaneamente, às necessidades de acumulação capitalista. Essa resposta, segundo a autora, é expressa pelas contrarreformas do Estado, com a privatização de empresas produtoras de mercadorias e prestadoras de serviços, bem como, com a apropriação dos espaços até então ocupados pelas políticas sociais, convertendo a previdência, saúde, educação, habitação, entre outros, em serviços-mercadoria que devem ser operados pela iniciativa privada (GRANEMANN, 2007). Assim, é imprescindível pensar como esse processo de privatização da previdência social é um fator que impossibilita o acesso a esse direito por parte dos sujeitos entrevistados nessa pesquisa, como no caso de Ana e Pedro que estavam em busca da garantia da aposentadoria e não estavam conseguindo acessá-la porque não teriam provado que tinham esse direito. Ou seja, a lógica perversa de terem que provar que possuem o direito a aposentadoria já é um movimento de dificultar esse

acesso cada vez mais no âmbito público, favorecendo que quem tem interesse a se aposentar que compre tal direito e que não tem como comprá-lo, fica à mercê de infinitas tentativas que talvez a “sorte” lhe garanta. O direito é mais uma vez negado e convertido em mercadoria.

Considerações Finais

Na dinâmica entre produção de riqueza pelo trabalho humano, apropriada e concentrada nas mãos de poucos e, conseqüentemente, a produção de pobreza, que vivem os sujeitos que foram entrevistados ao longo desta pesquisa. Esses sujeitos estão sob a égide de um trabalho que não mais lhe proporciona condições de uma vida digna, seja no plano material e espiritual, pois estão submetidos a condições de trabalho precárias, nas quais prevalece a alienação e a subalternidade. Além disso, ao terem negadas suas necessidades básicas de reprodução da vida no modo de produção capitalista, a população empobrecida no rural encontra dificuldades de exercer o direito a serem sujeitos de sua própria história.

Desse modo, é possível afirmar que a classe trabalhadora do campo está submetida cada vez mais a condições precárias de vida e trabalho, nas quais a riqueza concentra-se ainda mais frente à degradação da vida humana. Nesse sentido, sob o predomínio do capital financeiro e diante de uma crise estrutural do capital, tanto os sujeitos que vivem no campo, como os profissionais e as políticas sociais sofrem com seus impactos. Assim, torna-se necessário apreender a condição de classe trabalhadora tanto da população rural que acessa o SUAS como dos trabalhadores que operacionalizam essa política social, uma vez que, mesmo em posições distintas perante a sociedade capitalista, ambos os segmentos fazem parte de uma única classe, a qual é obrigada a vender sua força de trabalho para poder ter condições de viver. Além disso, é imprescindível reconhecer que a luta de classes também ocorre no rural, uma vez que diante da pobreza rural estrutura-se a riqueza do agronegócio, vinculado ao capital financeiro.

Referências

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

GRANEMANN, Sara. Políticas Sociais e Financeirização dos Direitos do Trabalho. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro: Faculdade de Serviço Social da Universidade do

Estado do Rio de Janeiro, n. 20, p. 57 - 68, 2007.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KAGEYAMA, Ângela. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.

MARICATO, Ermínia. MetrÓpole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 48, 2003.

MARTINELLI, Maria Lucia. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos: filosóficos**. Lisboa, Edições 70, 1989.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e Reificação**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

_____. Crise do capital e consequências societárias. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.

SCHERER, Giovane Antonio. **O Caleidoscópio da (In)Segurança: os reflexos da dialética da (des)proteção social nas juventudes**. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e Assistência Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2015.